

Resolução CFP N.º 30/ 2001

Institui o Manual de Elaboração de Documentos, produzidos pelo psicólogo, decorrentes de Avaliações Psicológicas.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO que o psicólogo no seu exercício profissional tem sido solicitado a apresentar informações documentais com objetivos diversos;

CONSIDERANDO a necessidade de referências para subsidiar o psicólogo na produção qualificada de documentos escritos decorrentes de Avaliação Psicológica;

CONSIDERANDO a frequência com que representações éticas são desencadeadas a partir de queixas que colocam em questão a qualidade dos documentos escritos, decorrentes de Avaliação Psicológica, produzidos pelos psicólogos;

CONSIDERANDO os princípios éticos fundamentais que norteiam a atividade profissional do psicólogo e os dispositivos sobre avaliação psicológica contidos no código de Ética Profissional do Psicólogo;

CONSIDERANDO as implicações sociais decorrentes da finalidade do uso dos documentos escritos pelos psicólogos a partir de Avaliações Psicológicas

CONSIDERANDO propostas encaminhadas no I FORUM NACIONAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, ocorrido em dezembro de 2000;

CONSIDERANDO deliberação da Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras em reunião realizada no dia 4 de maio de 2001, e

CONSIDERANDO a decisão deste Plenário em sessão realizada em 1º de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Manual de Elaboração de Documentos, produzidos por Psicólogos, Decorrentes de Avaliações Psicológicas.

Art. 2º - O Manual de Elaboração de Documentos, referido no artigo anterior, dispõe sobre os seguintes itens:

- I. Princípios norteadores;
- II. Modalidades de documentos;
- III. Conceito / Finalidade / Estrutura/ Modelos;
- IV. Validade dos Documentos;
- V. Guarda dos Documentos.

Art. 3º - Toda e qualquer comunicação por escrito decorrente de Avaliação Psicológica deverá seguir os princípios norteadores indicados neste Manual.

Parágrafo único – A não observância da presente norma constitui falta ético-disciplinar, passível de capitulação nos dispositivos referentes ao exercício profissional do Código de Ética Profissional do Psicólogo, sem prejuízo de outros que possam ser argüidos.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 2001

MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA SILVA
Conselheiro-Presidente

Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas

CONSIDERAÇÕES INICIAS

A Avaliação Psicológica é entendida como o processo científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito das dimensões psicológicas dos indivíduos e grupos através de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos – com objetivos bem definidos, que possa atender diversas finalidades, visando subsidiar tomadas de decisão.

O presente Manual tem como objetivos orientar o profissional psicólogo na confecção de documentos decorrentes das avaliações psicológicas e fornecer os subsídios éticos e técnicos necessários na elaboração qualificada da comunicação escrita.

Esses documentos, pelo valor técnico-jurídico que lhes são atribuídos, assumem a natureza de uma comunicação oficial, sustentada em princípios científicos e formalizações.

As modalidades de documentos aqui apresentadas foram sugeridas durante o I FÓRUM NACIONAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, ocorrido em dezembro de 2000.

Este Manual compreende os seguintes itens:

- I. Princípios Norteadores da elaboração documental;
- II. Modalidades de documentos;
- III. Conceito / Finalidade / Estrutura/ Modelos;
- IV. Validade dos Documentos;
- V. Guarda dos Documentos.

I - PRINCÍPIOS NORTEADORES NA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS

O psicólogo, na elaboração de seus documentos, deverá adotar como princípios norteadores as técnicas da linguagem escrita e os princípios éticos, técnicos e científicos da profissão.

1 – PRINCÍPIOS TÉCNICOS DA LINGUAGEM ESCRITA

O documento deve, na expressão escrita, apresentar uma redação bem estruturada e definida, ou seja, expressar o pensamento, o que se quer comunicar. Deve ter uma ordenação que possibilite a compreensão por quem o lê, o que é fornecido pela estrutura, composição de parágrafos ou frases, além da correção gramatical.

O emprego de expressões ou termos deve ser compatível com as expressões próprias da linguagem profissional, garantindo a precisão da comunicação e evitando a diversidade de significações da linguagem popular.

A comunicação deve ainda apresentar como qualidades a clareza, a concisão e a harmonia. A clareza se traduz, na estrutura frasal, na seqüência ou ordenamento adequado dos conteúdos, na explicitação da natureza e função de cada parte na construção do todo. A concisão se verifica no emprego da linguagem adequada, da palavra exata e necessária. Esta “economia verbal” requer do psicólogo a atenção para o equilíbrio que evite uma redação lacônica ou o exagero de uma redação prolixa. Finalmente, a harmonia se traduz na correlação adequada das frases, no aspecto sonoro e na ausência de cacofonias.

2 – PRINCÍPIOS ÉTICOS E TÉCNICOS

2.1 – PRINCÍPIOS ÉTICOS

Na elaboração de DOCUMENTO, o psicólogo baseará suas informações na observância dos princípios e dispositivos do código de Ética Profissional do Psicólogo, atentando para o alcance das informações, identificando riscos e compromissos em relação à utilização das informações presentes nos documentos em sua dimensão de relações de poder, com destaque ao caráter sigiloso do documento.

O psicólogo deve ainda observar os demais instrumentos legais relacionados com a questão, referentes a prestação de serviços, direitos do cidadão, habeas data e direito da própria imagem (tais como o código do Consumidor, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente etc.), legislação específica relacionada à área de atuação do psicólogo e às questões abordadas no documento escrito, bem como Resoluções emanadas do Conselho Federal de Psicologia, atentando para que suas avaliações se constituam num processo que considere os determinantes históricos, sociais, econômicos e políticos como elementos fundamentais na constituição da subjetividade da pessoa atendida, formalizando suas avaliações num DOCUMENTO que considere, portanto, a natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do seu objeto de estudo.

2.2 – Princípios Técnicos

Os psicólogos, ao produzirem documentos escritos, devem se basear exclusivamente nos instrumentais técnicos que se configuram como métodos e técnicas psicológicas para a coleta de dados, estudos e interpretações de informações a respeito da pessoa ou grupo atendidos, bem como sobre outros materiais e documentos produzidos anteriormente e pertinentes à matéria em questão. Estes instrumentos (técnicas utilizadas, como entrevistas, testes, observações, dinâmicas de grupo etc.) devem estar configurados de acordo com o disposto na legislação vigente e Resoluções do CFP sobre a matéria.

II - MODALIDADES DE DOCUMENTOS

1. Atestado Psicológico
2. Declaração
3. Relatório Psicológico
4. Parecer Psicológico
5. Laudo Psicológico

III - CONCEITO / FINALIDADE / ESTRUTURA / MODELOS

1. - ATESTADO PSICOLÓGICO

1.1 - Conceito do Atestado

É um documento expedido pelo psicólogo para comprovação do estado psicológico ou outra informação referente à pessoa atendida.

1.2 – Finalidade do Atestado

- a) Afirmar como testemunha, por escrito, a informação ou estado psicológico, por requerimento, do solicitante aos fins expressos por este;
- b) Justificar faltas e/ou impedimentos do solicitante, atestando-os como decorrentes do estado psicológico informado;
- c) Solicitar afastamento e/ou dispensa do solicitante, subsidiado na afirmação atestada do fato, em acordo com o disposto na Resolução CFP nº 015/96.

1.3 – Estrutura do Atestado

A formulação do Atestado deve restringir-se à informação solicitada pelo requerente, contendo expressamente o fato constatado. Embora seja um documento simples, deve cumprir algumas formalidades:

- a) Ser emitido em papel timbrado ou apresentar na subscrição do documento o carimbo, em que conste seu nome e sobrenome acrescido de sua inscrição profissional. (“Nome do Psicólogo / N.º da inscrição”).
- b) O Atestado exporá:
 - Registro do nome e sobrenome do cliente;
 - Finalidade do documento;
 - Registro da informação ou estado psicológico – podendo registrar sob o indicativo do código da Classificação Internacional de Doenças (CID);
 - Registro do local e data da expedição do Atestado;
 - Registro do nome completo do psicólogo, sua inscrição no CRP, e/ou carimbo com as mesmas informações;
 - Assinatura do psicólogo acima da identificação do psicólogo ou do carimbo.

Se a finalidade do Atestado for solicitar afastamento ou dispensa, o registro da informação/pedido deverá estar justificado pelo estado ou fato atestado.

Os registros deverão estar transcritos de forma corrida, ou seja, separados apenas pela pontuação, sem parágrafos, evitando com isto riscos de adulterações. No caso em que seja necessária a utilização de parágrafos, o psicólogo deverá preencher esses espaços com traços.

1.4 – Modelos de Atestado

Modelo I

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que o Sr. (Nome do solicitante) encontra-se em acompanhamento psicológico para tratar de sintomas compatíveis com CID V.6281.-----

Nome da cidade, dia, mês, ano

Nome do Profissional
Nº de inscrição no CRP

Modelo II

ATESTADO

Atesto, para fins de comprovação junto a (nome a quem se destina), que o Sr. (Nome do Solicitante), apresenta sintomas relativos a angústia, insônia, ansiedade e irritabilidade, necessitando, no momento, de 3 (três) dias de afastamento de suas atividades laborais para acompanhamento ...* (ou para repouso, ou indicar a razão).

Cidade, dia, mês, ano

Nome do psicólogo
Nº de inscrição no CRP

Obs.: A finalidade indicará a informação a ser prestada e/ou pedido. Entretanto, a estruturação obedecerá sempre esta configuração de simplicidade, clareza e concisão.

2. – DECLARAÇÃO

2.1 – Conceito da Declaração

É um documento que visa informar a ocorrência de fatos ou situações relacionados à pessoa atendida, devendo restringir-se a seu objeto, a partir de registros objetivos.

2.2 – Finalidade da Declaração

- a) Declarar comparecimentos do atendido;
- b) Declarar o acompanhamento psicológico;
- c) Informações diversas (tempo de acompanhamento, dias ou horários).

2.3 – Estrutura da Declaração

Por ser também um documento de valor legal, deve conter as mesmas formalidades do Atestado, ou seja, ser emitido em papel timbrado ou apresentar na subscrição do documento o carimbo do psicólogo, em que conste seu nome e sobrenome acrescido de sua inscrição profissional. (“Nome do Psicólogo / N.º da inscrição”). Entretanto, por não declarar necessariamente as causas psicológicas do atendimento, não será necessário o registro de sintomas ou a utilização de códigos do CID.

2.4 – Modelos de Declaração

Modelo I

<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Declaro, para os fins que se fizeram necessários, que o Sr. (Nome do Solicitante) faz acompanhamento psicológico no (ambulatório ou consultório), desde janeiro de 2001, sob meus cuidados profissionais.-----</p> <p style="text-align: right;">Cidade, dia, mês, ano</p> <p style="text-align: right;">Nome completo do psicólogo Nº de inscrição no CRP</p>
--

Modelo II

<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Declaro, para fins de comprovação, que o Sr. (Nome do solicitante), está sendo submetido a acompanhamento psicológico, sob meus cuidados profissionais, comparecendo às sessões todas às quintas-feiras, no horário das 17:00 h.-----</p> <p style="text-align: right;">Cidade, dia, mês, ano</p> <p style="text-align: right;">Nome completo do profissional Nº de inscrição no CRP</p>
--

3 – RELATÓRIO PSICOLÓGICO

3.1 – **Conceito**

O Relatório Psicológico é uma exposição escrita, minuciosa e histórica dos fatos relativos à avaliação psicológica, com o objetivo de transmitir, ao destinatário, resultados, conclusões e encaminhamentos, subsidiados em dados colhidos e analisados à luz de um instrumental técnico (teste, entrevista, dinâmicas, observação, intervenção verbal etc.), consubstanciado em referencial técnico-filosófico e científico, adotado pelo psicólogo.

3.2 – Finalidade

A finalidade do Relatório Psicológico será sempre a de apresentar resultados e conclusões da Avaliação Psicológica. Entretanto, em função da petição ou da solicitação do interessado, o Relatório Psicológico poderá destinar-se a finalidades diversas, como: encaminhamento, intervenção, diagnóstico, prognóstico, parecer, orientação, solicitação de acompanhamento psicológico, prorrogação de prazo para acompanhamento psicológico, etc. Enfim, a Solicitação do Requerente é que irá apontar o objetivo último do Relatório Psicológico.

3.3 – Estrutura

Independentemente das finalidades a que se destina, o Relatório Psicológico é uma peça de natureza e valor científicos, devendo conter narrativa detalhada e didática, com clareza, precisão e harmonia, tornando-se acessível e compreensível ao destinatário.

Os termos técnicos devem, portanto, estar acompanhados das explicações e/ou conceituação retiradas dos fundamentos teórico-filosóficos que os sustentam.

Independentemente também, da finalidade a que se destina, o Relatório Psicológico deve conter, no mínimo, 3 (três) etapas: Introdução, Descrição e Conclusão, além do Cabeçalho.

1. – Cabeçalho
2. – Introdução ou Histórico
3. – Descrição ou Desenvolvimento
4. – Conclusão

3.3.1 – Cabeçalho

É a parte superior da primeira parte do Relatório Psicológico com a finalidade de identificar:

- O Autor/Relator – quem elabora o Relatório Psicológico;
- O Interessado – quem solicita o Relatório Psicológico;
- O Assunto/Finalidade – qual a razão/finalidade do Relatório Psicológico.

No identificador AUTOR/RELATOR, deverá ser colocado o(s) nome(s) do(s) Psicólogo(s) que realizará(ão) a avaliação, com a(s) respectiva(s) Inscrição(ões) no Conselho Regional.

No identificador INTERESSADO, o psicólogo indicará o nome do autor da petição (se a solicitação foi da Justiça, se foi de empresas, entidades ou do cliente)

No identificador ASSUNTO, o psicólogo indicará a razão, o motivo da petição (se para acompanhamento, prorrogação de prazo para acompanhamento, se para laudos, pareceres sobre determinado fato, ou outras razões pertinentes a uma avaliação psicológica).

3.3.1.1 – Modelos de Cabeçalho

À guisa de melhor visualização e orientação, apresentamos alguns modelos de cabeçalho.

Modelo I

RELATÓRIO PSICOLÓGICO	
Autor (Relator)	Nome do Psicólogo CRP : N° 0000
Interessado:	Nome do Avaliado
Assunto:	Resultado de avaliação Psicológica

Modelo II

RELATÓRIO PSICOLÓGICO	
AUTOR/RELATOR –	Nome do Psicólogo CRP – 00 / 000
INTERESSADO –	SAÚDE UNIDAS LTDA
ASSUNTO – Solicitação de Avaliação Psicológica para prorrogação de Acompanhamento Psicológico.	

3.3.2 - Introdução

Alguns psicólogos em seus Relatórios intitulam essa primeira parte como HISTÓRICO. Sendo intitulada de uma forma ou de outra, ela é destinada à narração histórica e sucinta dos fatos. Ela inicia-se com as razões da petição, seguida das informações coletadas pelo psicólogo. Estas informações se referem desde os fatos, sintomas, apresentados pelo solicitante, até a descrição do processo ou procedimentos utilizados na coleta das informações.

A introdução é uma maneira de narrar ou expor fatos, de forma a contextualizar fatos e pessoas neles envolvidas e a metodologia empregada, possibilitando assim, para quem lê, a compreensão do ocorrido, o que se está analisando, solicitando e/ou questionando.

Muito embora possam ocorrer variações na narração, provenientes do estilo de redação do psicólogo, da diversidade de objetivos das petições, da terminologia técnica própria dos instrumentos e abordagem utilizados, importa acrescentar que a estrutura oficial/legal do Relatório será a mesma, ou seja, a Introdução tratará da narração:

- a) dos fatos motivadores da petição;
- b) dos procedimentos e instrumentos utilizados na coleta de dados, à luz do referencial teórico-filosófico que os embasam.

3.3.2.1 – Modelos de Introdução

Apresentar modelos para este ponto é uma tarefa complexa, a complexidade se refere tanto à narração das informações sobre os procedimentos (testes, entrevistas, dinâmicas, intervenções verbais, interpretação, análise, respostas compreensivas, interrogativas, etc.) quanto às concepções teórico-filosóficas que as diversas correntes psicológicas possuem sobre avaliação. Entretanto, levando-se em consideração que:

- 1) os relatórios que mais apresentam pontos críticos são aqueles oriundos da prática clínica de fundamentos filosóficos e instrumental técnico que não utilizam testes objetivos;
- 2) a escassez de publicação literária e científica específica sobre a matéria; e,
- 3) as correntes psicológicas que utilizam testes psicológicos em suas avaliações não apresentam, na mesma proporção, as dificuldades encontradas nos Relatórios de fundamentação analítica.

Este MANUAL, procurará, na medida do possível, apresentar um modelo que possa subsidiar os elementos necessários àquelas correntes.

Modelo I

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

AUTOR/RELATOR – Nome do Psicólogo
CRP – Nº 000 / 00

INTERESSADO – Mm. Juiz (Nome do Juiz) da 2ª. Vara da Família –
Comarca da cidade tal.

ASSUNTO – Avaliação Psicológica para fins de revisão judicial.

1. Introdução

O presente Relatório trata de solicitação do Mm. Juiz Dr. (Nome do Juiz), da 2ª. Vara Familiar, da Comarca da Cidade _____, para procedimento de Avaliação Psicológica, objetivando subsidiar decisão quanto ao pedido do Sr. (Nome do pai da criança) que reivindica revisão judicial da guarda de seu filho, de 10 anos de idade, (Nome da Criança). A (nome da criança), com a separação do casal, ficou sob a guarda da mãe, Sra. (Nome da Mãe). O Sr. (Nome do Pai), reivindica para si, na justiça, a guarda do filho, alegando que a Sra. (Nome da mãe) não tem condições psicológicas para continuar com a sua guarda.

Observação:

- 1) Neste parágrafo o psicólogo tratará da narração detalhada de informações nos documentos apresentados (ata da audiência, documento escrito dos fatos onde o Sr. (Nome do Pai) declara ser a Sra. (Nome da Mãe) não ter condições psicológicas) e junto aos envolvidos.
- 2) Fará, também, narração detalhada dos fatos apurados através da indicação da metodologia aplicada (entrevista, nº de entrevistas, pessoas ouvidas, testes aplicados, etc.). Ou seja, indicará como apurou os fatos e que referencial teórico embasou a metodologia aplicada.

3.3.3 – Descrição ou Desenvolvimento

É a parte do Relatório onde o psicólogo faz uma exposição descritiva de forma metódica, objetiva e com fidelidade, dos dados colhidos. Nessa exposição, deve respeitar a fundamentação teórica que sustenta o instrumental técnico utilizado, bem como princípios éticos, como as questões relativas ao sigilo das informações, recomendando-se que só deve ser relatado o que for necessário para o esclarecimento do caso, como disposto no parágrafo 2º. do Artigo 23 do Código de Ética Profissional.

Esta parte, portanto, é a mais importante, uma vez que a exposição com análise fundamentada tanto guiará o psicólogo para a conclusão/finalidade da petição, quanto subsidiará e facilitará o entendimento do solicitante.

O psicólogo, ainda nessa parte, poderá se valer de citações ou transcrições, visando reforçar as conclusões de sua análise. Não deve fazer afirmações sem sustentação em fatos e/ou teorias, devendo ter linguagem precisa, especialmente quando se referir a dados de natureza subjetiva, expressando-se de maneira clara e exata.

3.3.3.1 – Modelos de Desenvolvimento

O psicólogo poderá fazer a análise a partir dos pressupostos teóricos adotados. Nesse caso, terá que discorrer sobre a dinâmica do processo psicológico, tanto do quadro que caracteriza a pessoa atendida, quanto ao referencial teórico que sustenta o procedimento utilizado.

Será apresentado apenas um modelo com o objetivo de subsidiar os psicólogos com relação à utilização das orientações teóricas quando de suas avaliações psicológicas, respeitadas as devidas diferenças conceituais. Para tanto escolheu-se uma das finalidades menos complexas, cuja coleta dos dados baseou-se na sintomatologia do cliente e, portanto, a análise para justificar a necessidade do Processo poderá ser consubstanciada no quadro da hipótese diagnóstica.

Modelo I

RELATÓRIO PSICOLÓGICO

AUTOR/RELATOR – Nome do Psicólogo _____
CRP 00 Nº 0000 / 00

INTERESSADO – UNISAÚDE

ASSUNTO: Solicitação de autorização para Acompanhamento Psicológico

I. INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem como objetivo cumprir regra da UNISAÚDE referente ao benefício de Psicoterapia. Para a 1ª. consulta, não se faz necessária a autorização prévia da entidade; entretanto, para o acompanhamento psicológico é necessária a autorização, que será concedida mediante apresentação de Relatório Psicológico, contendo diagnóstico e justificativa que fundamentem a necessidade da Psicoterapia. Assim sendo, em cumprimento à norma, solicita-se autorização de Acompanhamento Psicológico, mediante justificativas apresentadas neste Relatório, para a Sra. (Nome do avaliado), beneficiária deste convênio, registrada sob o nº 00 / 00, que compareceu em primeira entrevista no dia tanto de tanto de 2000.

A Sra. (Nome do avaliado), ao ser solicitada na primeira entrevista, a falar do motivo que desencadeou sua ida a um psicólogo, teve inicialmente dificuldade de responder, parecia “tensa”, gaguejava, apertava as mãos, e dizia não saber por onde começar. O psicólogo deu retorno à cliente de que ela parecia não estar se sentindo à vontade e assim deu-se início ao processo da escuta. No desenrolar da entrevista, percebeu-se que a referida senhora retomou o ritmo normal da fala, deixou de gaguejar e passou a narrar os seguintes sintomas: tem tido, em várias situações, uma sensação de medo intenso que a deixa “como paralisada”, sente falta de ar, sensação de desmaio, palpitação, desarranjo intestinal e um “sofrimento” acentuado acerca do medo; diz que acha não ter razão de sentir “tanto medo” e que, todavia, este medo está comprometendo seu desempenho pessoal e profissional

A seguir, relatou situações em que este quadro se apresenta, tendo se referido a algumas avaliações de seus superiores sobre seu desempenho. Diz ser uma pessoa extremamente ansiosa, que sempre que pode “escapa de compromissos”. Num dado momento da entrevista, a Sra (Nome do avaliado), chorando, disse que “não suporto mais esse desgaste, não tenho encontrado saída”. Diante dos dados colhidos nessa primeira entrevista é possível apresentar uma hipótese diagnóstica de que a Sra. (Nome do avaliado), apresenta distúrbio de ansiedade, hipótese que será demonstrada nas conclusões desse Relatório para justificativa da necessidade de acompanhamento psicoterápico

II. DESCRIÇÃO

Os dados coletados na primeira entrevista, fornecidos pela descrição dos sintomas (medo intenso, falta de ar, sensação de desmaio, palpitação, desarranjo intestinal, consciência da irracionalidade do medo, comportamento evitante de certas situações ou sofrimento demasiado quando enfrenta a situação), a postura corporal observada (gagueira, inquietação, tremor nas mãos) e as conseqüências negativas (isolamento social, avaliações negativas na empresa onde trabalha) indicam que o distúrbio de ansiedade vivido pela Sra. (Nome do avaliado), assumiu proporções impeditivas na sua vida.

Estudos recentes apresentados em várias publicações têm indicado serem os distúrbios de ansiedade os mais frequentemente encontrados na população em geral. De acordo com algumas características, eles são classificados como quadro patológico, cuja evolução, comprometimento e complicações ensejam busca de tratamento medicamentoso e/ou psicológico.

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais, especialmente no capítulo que trata dos Distúrbios de Ansiedade, os sintomas apresentados pela Sra. (Nome do avaliado) caracterizam um quadro compatível com a descrição de Fobia Social, cujo diagnóstico referido no Código Internacional de Doenças (CID) recebe a sigla 300.23. A evolução deste distúrbio tem sido habitualmente crônica, sendo exacerbado quando a pessoa enfrenta as situações que desencadeiam o medo. Raramente este distúrbio torna o acometido alguém incapaz; entretanto, em muitos casos, em função do evitamento da situação, ele chega a interferir nas relações sociais e no avanço profissional, comprometendo assim o paciente.

O Manual acima citado, ainda refere: “Pessoas com esse distúrbio estão propensas ao abuso de álcool, barbitúricos e ansiolíticos”, podendo em alguns casos ter como “complicação derivada um distúrbio depressivo”. A psicoterapia tem se tornado uma terapêutica que possibilita ao paciente descobrir a origem dos sintomas, o enfrentamento deles, a consciência dos conflitos ou medo geradores da ansiedade e que, dependendo da cronicidade do quadro, é possível, ao final do processo, o alívio do sofrimento vivido pelo paciente, seja pela supressão total do foco gerador dos sintomas, seja pela supressão parcial dos sintomas, fornecendo assim, uma qualidade de vida mais satisfatória que a vivida anteriormente ao Processo Psicoterápico.

3.3.4 – Conclusão

É a parte final, conclusiva do Relatório. Nela o psicólogo vai espelhar e dar ênfase às evidências encontradas na análise dos dados a partir das referências adotadas, que subsidiaram o resultado a que o psicólogo chegou, sustentando assim a finalidade a que se propôs.

3.3.4.1 – Estrutura da Conclusão

É a terceira parte narrada, logo após a descrição, de forma objetiva, direta, onde, após breves considerações, o psicólogo expõe o resultado. Após a narração conclusiva o Relatório é encerrado, com indicação do local, data de emissão e assinatura do psicólogo.

3.3.4.2 – Modelos de Conclusão

A conclusão está diretamente relacionada à solicitação e construída com base nos dados coletados, na fundamentação adotada pelo psicólogo e na análise produzida. O modelo de conclusão apresentado a seguir relaciona-se com o que foi apresentado no exemplo do item 3.3.3.1 - “Desenvolvimento”. Será, portanto, uma conclusão para a finalidade solicitada naquele Relatório, ou seja, “Solicitação de Autorização para Acompanhamento Psicológico”.

Modelo I

RELATÓRIO PSICOLÓGICO

AUTOR/RELATOR:

INTERESSADO:

ASSUNTO:

I. INTRODUÇÃO

II. DESCRIÇÃO

III. CONCLUSÃO

Diante dos dados colhidos na primeira entrevista com a Sra. (Nome do avaliado), e, considerando que os sintomas relatados levam a referida Sra. a vivência de sofrimentos subjetivos e considerando que os mesmos estão comprometendo sua qualidade de vida pessoal e profissional, apontando para a possibilidade de complicações maiores, inclusive predisposição a um distúrbio depressivo, conclui-se, como terapêutica preventiva dessa evolução para remissão total ou parcial dos sintomas, a necessidade urgente de Acompanhamento Psicológico.

Cidade, dia, mês, ano

Nome do Psicólogo
CRP N.º /

4. – PARECER

4.1 – Conceito

O Parecer é uma manifestação técnica fundamentada e resumida sobre uma questão do campo psicológico.

4.2 - Finalidade

O Parecer tem como finalidade apresentar resposta esclarecedora, no campo do conhecimento psicológico, através de uma avaliação técnica especializada, de uma “questão-problema”, visando à eliminação de dúvidas que interfiram na decisão.

A maior demanda de solicitações de parecer tem surgido da esfera judicial, daí ser ele denominado, às vezes, de laudo pericial.

Perícia, como sabemos, já nos diz o Dicionário Brasileiro, significa: “Habilidade em alguma arte ou profissão; experiência; destreza, exame; vistoria de caráter técnico-especializado”.

Por fim, o Parecer é uma resposta a uma consulta, que exige de quem responde competência no assunto.

4.3 – Estrutura

A elaboração de um Parecer exige do psicólogo, além da competência no assunto, habilidade na redação, que deve considerar:

1. Princípios Técnicos da linguagem escrita (item 1.1 deste MANUAL).
2. Princípios Éticos e Técnicos (itens 1.2.1 e 1.2.2 deste MANUAL).

O texto deve expressar opinião fundamentada, com argumentos sustentados em princípios científicos, com citação das fontes. Para tanto, o psicólogo nomeado perito deve fazer análise do problema apresentado, destacar os aspectos relevantes e opinar a respeito, considerando os quesitos apontados e com fundamento em referencial teórico científico.

Deve-se rubricar todas as folhas dos documentos. Havendo quesitos, o psicólogo deve respondê-los de forma sintética e convincente, não deixando nenhum quesito sem resposta. Quando não houver dados para a resposta ou quando o psicólogo não pode ser categórico, deve-se utilizar a expressão “sem elementos de convicção”. Se o quesito estiver mal formulado, pode-se afirmar “prejudicado”, “sem elementos” ou “aguarda evolução”.

O Parecer é composto de 4 (quatro) partes:

1. Cabeçalho
2. Exposição de motivos
3. Discussão
4. Conclusão

4.3.1 – Cabeçalho

É a parte que consiste em identificar o nome do perito e sua titulação, o nome do autor da solicitação e sua titulação. O item “assunto da solicitação” é facultado, uma vez que a parte “exposição do assunto”, que segue ao cabeçalho, destina-se à narração do assunto.

4.3.2 – Exposição de Motivos

Esta parte destina-se à transcrição do objetivo da consulta e os quesitos ou a apresentação das dúvidas levantadas pelo solicitante.

4.3.2.1 – Modelo

Neste item serão feitas algumas considerações após a apresentação do Modelo.

PARECER

PARECERISTA: Nome do psicólogo, CRP Nº _____

SOLICITANTE: Mm. Sr. Juiz Dr. _____
Da _____ Vara _____ da Comarca _____

ASSUNTO: Validade de Avaliação Psicológica.

I. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente Parecer trata de solicitação do Mm. Sr. Juiz Dr. _____, da _____ Vara Familiar, da Comarca _____, sobre a validade de Avaliação Psicológica. A Avaliação Psicológica, que se encontra nos Autos do Processo Nº 000 / 2001 de Separação Judicial, é peça utilizada por uma das partes como prova alegada de incapacidade emocional da parte que ficou com a guarda dos filhos quando da separação, motivo pelo qual requer do juiz a “revisão de guarda”. A parte, agora contestando, solicita a invalidação da Avaliação Psicológica alegando que o documento não tem respaldo ético legal, vez que o psicólogo era muito amigo da parte que está pleiteando a guarda. Diz ainda que aquela avaliação não está isenta da neutralidade necessária, pois o psicólogo deu informações baseadas na versão do “amigo” e que consigo só falou uma vez, apresentando interpretações pessoais e deturpadas.

Requer, portanto, o Mm. Juiz, Parecer sobre a validade da contestada Avaliação Psicológica.

- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MODELO

Verifica-se no exemplo que, nesse item, deve-se apresentar a “questão-problema”, que no caso refere-se à validade de uma Avaliação Psicológica, utilizada por uma das partes como prova da incapacidade da outra para ter a guarda do filho. Esta prova está sendo questionada por ter sido produzida por um profissional que tem um laço de amizade com o interessado e por considerar apenas a versão deste.

O que se deseja apontar com esse exemplo é que a EXPOSIÇÃO DOS FATOS sempre girará em torno da “questão-problema” e o que sobre ela está sendo solicitado, não sendo necessário, portanto, a descrição detalhada dos fatos, como os dados colhidos, nome dos envolvidos e julgamento de mérito.

4.3.3 - Discussão

A discussão é a parte mais importante do PARECER, por se constituir na análise minuciosa da “questão-problema”, explanada e argumentada com base nos fundamentos necessários existentes seja na ética, na técnica ou no corpo conceitual da ciência psicológica.

4.3.3.1 - Modelo

Neste item, no lugar de um exemplo, serão apresentadas algumas alternativas ou caminhos que o psicólogo pode usar para discutir a “questão-problema” levantada. Foi utilizado como tema o exemplo de demanda utilizado no subitem 4.3.2.1 – Exposição dos Motivos, que tem como “questão-problema” a validade de uma Avaliação Psicológica.

PARECER

PARECERISTA:

SOLICITANTE:

ASSUNTO:

I. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

(Relato da exposição dos fatos que envolvem a “questão-problema”)

II. DISCUSSÃO

- O psicólogo pode restringir-se à análise da peça “Avaliação Psicológica” constante nos autos, realizando uma vistoria, verificando a existência ou não de falhas técnicas ou éticas, valendo-se de princípios científicos, do código de Ética e Resoluções que tratam do assunto, para sua argumentação fundamentada.
- O psicólogo pode recorrer ao que é consenso na prática profissional, além de estudos a respeito da interferência negativa do envolvimento afetivo no trabalho do psicólogo.
- Outra opção é seguir os quesitos apresentados pelo requerente.

Cidade tal, data, mês, ano

Nome do Psicólogo

CRP N°

4.3.4 – Conclusão

É a parte final do Parecer, em que o psicólogo irá apresentar seu posicionamento, respondendo à questão levantada. Ao final do posicionamento ou Parecer propriamente dito, informa o local e data em que foi elaborado e assina o documento.

5 – LAUDO

5.1 - Conceito

A palavra laudo é originária do idioma latino, do genitivo laud-is e significa originalmente mérito, valor, glória. Como termo técnico significa o relato sucinto, sistemático, descritivo, interpretativo de um exame (ou diversos) que descreve ou interpreta dados. O Laudo Psicológico é também chamado de Relatório Psicológico e quando sua solicitação decorre de instâncias judiciais tem sido nominado de laudo pericial.

5.2 – Finalidade

O laudo, dado que é um documento técnico, de caráter demonstrativo, tem o objetivo de apresentar diagnóstico e/ou prognóstico, visando fornecer orientações, subsidiar decisões ou encaminhamentos, a partir de uma avaliação psicológica.

5.3 - Estrutura

Existem várias formas de estrutura de laudos psicológicos, alguns mais extensos outros mais sintéticos, em função da natureza das características avaliadas, do instrumental utilizado, da finalidade e de seu destinatário. Neste MANUAL será considerada uma forma básica, com o conteúdo mínimo necessário para qualidade do documento. As demais informações devem estar disponíveis, mesmo que a forma expedida seja sintética, em função das contingências relacionadas à solicitação.

Na sua estrutura básica o laudo psicológico contém os seguintes itens:

1. Identificação
2. Descrição da demanda
3. Métodos e técnicas utilizadas
4. Conclusão

5.3.1 - Identificação

Refere-se à descrição dos dados básicos do avaliado, como nome, data de nascimento, idade, escolaridade, filiação, profissão etc.

5.3.2 – Descrição da demanda

Neste item o psicólogo apresenta as informações referentes a motivos, queixas ou problemáticas apresentadas.

5.3.3 – Métodos e técnicas utilizadas

Refere-se à descrição dos recursos utilizados e resultados obtidos.

5.3.4 - Conclusão

Destina-se a apresentar uma síntese do diagnóstico e/ou prognóstico da avaliação realizada e/ou encaminhamentos.

5.4 – Modelos

Modelo 1

LAUDO PSICOLÓGICO

1. Identificação

Nome: _____

Data de nascimento: _____ Idade: _____ Estado civil: _____

Natural: _____ Escolaridade: _____ Profissão: _____

Filiação: _____

Responsável: _____

Solicitante: Escola Estadual _____

Finalidade: Diagnóstico Psicológico

2. Descrição da Demanda

Em decorrência de dificuldade de adaptação às regras e normas escolares de déficit de atenção, falta de estímulo, reprovações subsequentes, falta de socialização, atitudes suicidas impulsivas, excessiva agressividade, acusações de furtos e danos materiais a patrimônio da escola e de professores, bem como experiência de expulsão em várias escolas, o adolescente (Nome do adolescente) foi submetido à avaliação psicológica como condição necessária à sua permanência na atual escola onde estuda.

A família tem total conhecimento do comportamento do adolescente, afirmando que desde pequeno o mesmo apresentava dificuldade no seu desenvolvimento social. Gostava de ficar isolado, de quebrar seus brinquedos e atear fogo em objetos. Não conseguia se envolver emocionalmente com os membros da família, parecendo distante de todos.

Ainda em relação à família, particularmente em relação aos genitores, detectou-se na figura paterna dificuldades de se impor, tendo o mesmo história de dependência alcoólica. Na figura materna, observou-se uma excessiva autoridade, bem como comportamento ambivalentes nos métodos disciplinares utilizados com o filho, ora se mostrando indiferente, negligenciando nas condições essenciais de desenvolvimento, ora abusando do seu poder, com castigos físicos exagerados, ficando evidenciado o caráter conflituoso na interação familiar.

3. Métodos e Técnicas

Nas primeiras sessões de avaliação, o examinado demonstrou excessiva tensão, irritabilidade, agitação, ansiedade, auto estima negativa, pensamento auto destrutivo e revolta em relação à sua mãe.

Passado o período de comprometimento emocional, procedeu-se à aplicação dos testes buscando a investigação dos campos de percepção familiar, personalidade, inteligência e memória.

No teste de percepção familiar, demonstrou desarmonia familiar, insegurança, introversão e sentimento de inferioridade. Foi observado distanciamento entre os familiares, rejeição ou desvalorização dos membros. No interrogatório, os conteúdos apresentados demonstraram bastante desinteresse pela vida.

A avaliação de personalidade foi realizada através da observação e da aplicação dos Testes (A - percepção Temática (T A T), Rorschach e Casa, Árvore, Pessoa (HTP). Observou-se total conhecimento da realidade vivida por ele. Os principais traços encontrados foram: introversão, imaturidade, auto-estima negativa, egocentrismo, ambivalência de comportamento, oscilação de humor, insegurança, agressividade, falta de objetivos e interesse, excessiva fantasia, fixação por objetos, insatisfação com as normas e regras sociais, imprudência, satisfação com as situações de perigo, gosto pela velocidade, forte tendência piromaniaca e bastante capacidade para planejar ações.

Quanto à avaliação da inteligência, os resultados obtidos através do R-1 e do Raven demonstraram boa capacidade intelectual, colocando-se acima da média para sua escolaridade e idade. Porém, em relação à memorização, verificou-se dificuldades no campo da memória auditiva e visual, classificando-se em categoria inferior ao esperado.

4 – Conclusão:

Através dos dados analisados no psicodiagnóstico não foram verificados indícios de Deficiência Mental, porém, dificuldades de ordem social e afetiva, piromania, fixação por objetos, obsessão, pensamento auto-destrutivo e oscilação de humor.

Diagnóstico: O paciente apresenta transtorno de personalidade anti-social, CID-10: F60.2 + F91.3.

Encaminhamentos: Encaminhado para tratamento psicoterápico e acompanhamento psiquiátrico.

Modelo 2

1 – Identificação

Nome: _____

Data de nascimento: _____ Idade: _____

Estado civil: _____

Natural: _____ Escolaridade: _____

Solicitante: (Nome) Gerente de Recursos Humanos da Indústria _____

Cargo que concorre : Médico do Trabalho _____

Finalidade: Avaliação para Seleção de Pessoal _____

2 – Descrição da Demanda

O candidato é formado em medicina desde 1986, com especialização em Clínica Médica, Neurologia e Medicina do Trabalho, participa de congressos e eventos na área, demonstra bastante experiência profissional, tanto em serviço público como em empresas particulares. Já atuou em hospitais, clínicas e grandes empresas. Hoje, trabalha numa Instituição pública e em consultório particular, mas acredita poder conciliar seu trabalho com o novo horário proposto pela empresa. Segundo suas informações mora sozinho, com participação ativa da família nuclear. Apesar de ser solteiro, tem uma filha que convive com ele. Diz não ter nenhum vício como fumo, álcool e drogas, como também, tem bom estado de saúde física. Apresenta boa adaptação aos empregos anteriores.

3 – Métodos e Técnicas

Na entrevista, apresentou-se com bom aspecto físico, firmeza e seriedade. Não demonstrou ansiedade excessiva, como também nenhum descontrole emocional, mostrando-se colaborador, interessado e atento a todo o processo de avaliação.

Através dos instrumentos psicométricos procedeu-se à investigação dos campos de inteligência, saúde mental, personalidade e atenção.

No teste de Atenção Concentrada da bateria Vetor e de Atenção Concentrada Nomes e Números, apresentou boa capacidade de concentração para atividades que requeiram repetição. Encontrou-se um percentil classificado acima da média esperada para sua idade e escolaridade.

Em relação ao perfil sintomalógico do avaliado, utilizou-se o Questionário de Saúde Geral de Golberg, concebido para avaliar a saúde mental de não psicóticos. Não foi detectada a presença de indicadores de distúrbios momentâneos. Nenhum valor significativo foi encontrado em relação aos fatores analisados.

Quanto aos aspectos cognitivos, apresentou facilidade de aprendizagem, Inteligência Mediana (obtida pela Escala Geral de Raven), raciocínio rápido e boa capacidade de memorização.

Os aspectos da personalidade foram analisados através do Teste do Desenho Casa, Árvore e Pessoa (HTP) / Palográfico. Observou-se dificuldade no relacionamento social, valorização dos aspectos externos, vaidade, vivacidade e preocupação com a aparência. A expectativa de produção pode ser considerada alta, demonstrando certa prudência. Apresentou rigidez de conduta, pontualidade, adaptação ríspida ao meio, habilidade motora, sobriedade de atitudes, como também características que levam à programação, controle, sistematização de atitudes e diplomacia.

Para se verificar a relação interpessoal foi realizada dinâmica de grupo com mais cinco candidatos a variados cargos na empresa. Observou-se certa introversão, seriedade, segurança e respeito aos outros membros. Mostrou-se com iniciativa nas atividades e capacidade de liderança, sem demonstrar autoritarismo exagerado.

4 – Conclusão

Diante dos dados analisados no processo de Avaliação Psicológica, colhidos na entrevista, nos testes, na dinâmica de grupo e na observação, não se verificou nenhum distúrbio que no momento possa interferir no seu desempenho profissional. Pode-se considerar o candidato com boa capacidade de aprendizagem, memorização e raciocínio, bastante interesse em conciliar as funções a que se propõe, com características rígidas que demonstram compromisso, introversão e dificuldades de ordem social e pessoal que necessariamente, neste período, não repercutem significativamente na sua profissão.

Síntese: No momento considera-se o candidato apto para a função.

V - VALIDADE DOS DOCUMENTOS

O prazo de validade dos documentos escritos decorrentes das Avaliações Psicológicas deverá considerar a legislação vigente nos casos já definidos.

Não havendo definição legal, o psicólogo, onde for possível, indicará o prazo de validade em função das características avaliadas, das informações obtidas e dos objetivos da avaliação.

Quando não for possível a indicação do prazo, informará o caráter situacional e temporal dos dados de uma avaliação psicológica.

Ao definir o prazo, o psicólogo deve dispor dos fundamentos para a indicação, devendo apresentá-los sempre que solicitado.

VI - GUARDA DOS DOCUMENTOS E CONDIÇÕES DE GUARDA

Os documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica bem como todo o material que os fundamentou, deverão ser guardados pelo prazo mínimo de 5 anos, observando-se a responsabilidade por eles tanto do psicólogo quanto da instituição em que ocorreu a avaliação psicológica.

Este prazo poderá ser ampliado nos casos previstos em lei, por solicitação judicial, ou ainda em casos específicos em que seja necessária a manutenção da guarda por maior tempo.

Em caso de extinção de serviço psicológico, o material privativo e os documentos escritos devem permanecer em posse do psicólogo responsável que os manterá sob sua guarda pelo prazo previsto neste manual.

Atingido este prazo, o psicólogo ou instituição responsável pela guarda deverá destruir o material de forma a não permitir a quebra do sigilo das informações nele contidas.

O psicólogo responsável pelo documento escrito decorrente da avaliação psicológica deverá estar atento ao artigo 24 do Código de Ética Profissional do Psicólogo, garantido, assim, o sigilo profissional.